

O TENENTISMO NA ESCOLA MILITAR DO REALENGO

Fernando Silva Rodrigues*

RESUMO

A abordagem empreendida neste ensaio busca revelar algumas tensões do processo de modernização profissional do Exército brasileiro na primeira metade do século XX, principalmente as reveladas com o movimento dos estudantes militares em 1922. O enfoque da investigação se situa no campo da História Social dos Militares na medida em que indaga sobre a influência da constante reorganização do modelo de ensino adotado nas Escolas de Formação de Oficiais e sua relação com as revoltas políticas do período. A reforma dos regulamentos e das normas internas que regem a Força Terrestre é uma medida que vai moldando os militares como atores políticos e visa, sobretudo, à consolidação da instituição dentro do regime republicano; no entanto, mais do que formar profissionais das Armas, foi forte o suficiente para formar militares engajados no processo político e na disputa de poder.

Palavras-chave: Tenentismo; Escola Militar; Realengo; Exército Brasileiro.

THE TENENTISM AT REALENGO MILITARY SCHOOL

ABSTRACT

The approach taken in this essay seeks to reveal some tensions in the process of professional modernization of the Brazilian Army in the first half of the 20th century, especially those revealed with the movement of military students in 1922. The focus of the investigation is located in the field of Social History of the Military, as it inquires about the influence of the constant reorganization of the teaching model adopted in the Officer Training Schools and its relationship with the political revolts of the period. The reform of the regulations and internal rules that govern the Land Force is a measure that shapes the military as political actors and aims, above all, to consolidate the institution within the republican regime; however, rather than training professionals in the Arms, it was strong enough to form soldiers engaged in the political process and in the power struggle.

Keywords: Tenentism; Military School; Realengo; Brazilian Army.

EL TENENTISMO EN LA ESCUELA MILITAR DE REALENGO

RESUMEN

El enfoque realizado en este ensayo intenta exponer algunas tensiones del proceso de modernización profesional del Ejército brasileño en la primera mitad del siglo

* Doutor em História Política (2008) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É coordenador e professor titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (Universo). Contato: pghistoria@nt.universo.edu.br; <https://orcid.org/0000-0003-3743-7970>

XX, principalmente las reveladas con el movimiento de los estudiantes militares en 1922. La investigación se encuentra en el campo de la Historia Social de los Militares en la medida que cuestiona la influencia de la constante reorganización del modelo de enseñanza elegido en las Escuelas de Formación de Oficiales y su relación con las revueltas políticas del período. La reforma de los reglamentos y normas internas que gobiernan la Fuerza Terrestre es una medida que forma los militares como actores políticos y destina, sobre todo, la consolidación de la institución dentro del régimen republicano, aunque, más que formar profesionales de las Armas, fue suficientemente fuerte para formar militares comprometidos en el proceso político y en la disputa de poder.

Palabras clave: Tenentismo; escuela militar; Realengo; Ejército Brasileño.

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros anos da república no Brasil são marcados pela instabilidade política e pela disputa entre o centralismo e o federalismo. A primeira Constituição Republicana, de 1891, foi consagrada com a implantação de uma república liberal federativa com ampla autonomia para os estados. No entanto, a década de 1920 marcará o período de transição para o centralismo dos anos 1930, com destaque para o ano de 1922, e seus sucessivos eventos que mudaram o panorama político e cultural brasileiro. Nesse sentido, eventos como a Semana da Arte Moderna, a Criação do Partido Comunista Brasileiro, a comemoração do Centenário da Independência do Brasil, e o Movimento Tenentista (1922-1927) tiveram papel importante no processo de erosão do sistema político da Primeira República que terminou em 1930, com a Revolução liderada por Getúlio Vargas. Historicamente, a crise dos anos 1920 possibilitou a subversão da ordem e a Intervenção militar no processo político, com ataque ao federalismo e ao sistema oligárquico.

Nesse contexto, a formação dos oficiais do Exército Brasileiro na primeira metade do século XX e a própria Instituição passaram a ser parte importante na política de configuração e consolidação do Estado republicano, na qual o Exército desempenhou papel de primeira grandeza. O Exército conformava-se à imagem do Estado, assegurando as aspirações republicanas. A modernização no ensino militar, buscando a melhor qualificação profissional do Corpo de Oficiais, conseguida principalmente com a ação das missões militares nacionais e estrangeiras, transformou esses oficiais em atores políticos intervencionistas.

As mudanças no sistema de educação do Exército devem ser contextualizadas de acordo com os momentos históricos e políticos que o Estado brasileiro atravessava durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Vale lembrar que, nesse período, há a questão do movimento comunista e do movimento tenentista que, de certa forma, interferiram na construção do Estado autoritário de Vargas ao longo dos anos de 1930 e 1940.

Para fundamentar este estudo, fez-se necessário adotar um procedimento empírico cujo levantamento documental privilegiou diversas fontes, a saber: os processos individuais para o ingresso na Escola Militar, boletins escolares, regulamentos que organizaram o funcionamento do ensino militar, documentos internos institucionais, acervos pessoais, artigos de revistas militares, livros e artigos de memória da Instituição. A análise do *corpus* documental permitiu identificar que os modelos de ensino e as reivindicações de militares nas mudanças dos regulamentos estavam em consonância com cada momento histórico vivido.

2 A MISSÃO INDÍGENA E A MODERNIZAÇÃO DO ENSINO MILITAR

O desenrolar da Primeira Guerra Mundial foi momento essencial para trabalhar o problema de modernização do ensino militar. Segundo o Alto Comando do Exército, havia a necessidade de colocar a instrução na Escola Militar no Realengo (1913-1944), nos mesmos moldes da instrução militar dos países mais desenvolvidos da Europa. Segundo o Marechal Odylio Denys (1985, p. 15), foram figuras importantes nas iniciativas das transformações ocorridas os seguintes militares: generais José Caetano de Faria, Alberto Cardoso de Aguiar, Bento Ribeiro, Tasso Fragoso; e os capitães Joaquim de Souza Reis Neto, Bertholdo Klinger, Genserico de Basconcelos, Epaminondas de Lima e Silva, Brasílio Taborda, Sílio Portela, Estevão Leitão de Carvalho e Euclides Oliveira Figueiredo; além de civis como o Barão do Rio Branco¹, Olavo Bilac e Pandiá Calógeras.

Pandiá Calógeras foi ministro da Guerra, de 1919 a 1922, no governo do Presidente Epitácio Pessoa e, apesar de ser civil, era conhecido no país como um dos principais conhecedores dos problemas militares no Brasil, como a falta de cobertores, uniformes, quartéis, transportes e pagamentos atrasados. Foi responsável pela reorganização do Exército em 1921, aprovada pelo Decreto 15.235, de 31 de dezembro. Os principais pontos dessa reorganização foram: 1) melhor estruturação das grandes unidades; 2) criação dentro das Divisões das unidades especiais de carro de combate e de aviação; 3) aumento das dotações de armas automáticas e peças de Artilharia; 4) construção de diversos quartéis e encomenda de compra de armas automáticas, canhões de montanha, e Artilharia de Montanha; 5) e aumento do efetivo do Exército em tempo de paz. Na verdade Pandiá Calógeras consolidou a expansão numérica e espacial das Instituições militares com esse ambicioso programa de construções entre 1920 e 1921, o maior programa do gênero antes da gestão do General Eurico Gaspar Durante, durante o Estado Novo. Ele iniciou a construção de 56 novos quartéis em 49 localidades diferentes do Brasil, além de reformar e ampliar 45 outros em 41 lugares.

1 Segundo a historiografia, esse contexto favorável às questões militares teve como centro principal o incentivo dado pelas ações do Barão do Rio Branco, quando Ministro das Relações Exteriores (1902 – 1912), o qual insistia que o Brasil só poderia se projetar internacionalmente a partir de Instituições militares fortes (TREVISAN, 1993; 2011).

Em 1918, foi tomada uma das principais providências para desencadear a renovação do ensino militar na Escola Militar localizada no Realengo. O ministro da Guerra, general Alberto Cardoso de Aguiar, abriu processo de seleção para o quadro de instrutores naquela Escola, cujo principal critério deveria ser uma reconhecida capacidade para ser instrutor, conforme o modelo alemão. Esse grupo de instrutores, que ficou conhecido como “A Missão Indígena”, começou seus trabalhos fora da Escola no segundo semestre de 1918, e, na prática, em 1919, assumiu toda a estrutura de ensino militar do Exército. O trabalho da Missão foi finalizado em 1922, por conta da grave crise política que o Brasil viveu com o Movimento Tenentista, que resultou na rebelião dos alunos do curso de formação de oficiais.

O nome da missão talvez esteja relacionado à tentativa de se legitimar um grupo de instrutores nacionais partidários do estabelecimento de uma cultura militar própria do Brasil, apesar de ter como base de sustentação ideológica o aprendizado no Exército alemão, que ajudou na construção da nova cultura que tentava se impor na Instituição.

A primeira turma de instrutores aprovados por concurso e nomeados para Escola foi constituída pelos seguintes oficiais (Diário Oficial da União, 1918, p. 14384): 1º Tenente Eduardo Guedes Alcoforado, 1º Tenente Newton de Andrade Cavalcanti, 1º Tenente Demerval Peixoto, 1º Tenente João Barbosa Leite, 2º Tenente Odylio Denys, da Arma de Infantaria; Capitão Euclides de Oliveira Figueiredo (ex-estagiário no Exército alemão), 1º Tenente Renato Paquet, 1º Tenente Orosimbo Martins Pereira, da Arma de Cavalaria; Capitão Epaminondas de Lima e Silva (ex-estagiário no Exército alemão), 1º Tenente Luiz Correa Lima, 1º Tenente Mario Ary Pires, da Arma de Artilharia; e 1º Tenente José Bentes Monteiro, 1º Tenente Arthur Joaquim Panfiro, 1º Tenente Mario Ary Pires, da Arma de Engenharia.

No entanto, não poderia me furtar a uma análise mais profunda da afirmação de Leonardo Trevisan (1993, p. 304) de que todos os ex-estagiários do Exército alemão e seus discípulos mais diretos participaram do primeiro concurso para instrutores dominando, depois disso, o quadro de docentes daquela Instituição de Ensino Militar. Ao analisar a relação nominal acima constituída da primeira turma de instrutores nomeados para a Escola Militar, verifica-se que dos dezesseis oficiais que estagiaram no Exército alemão, apenas dois deles estão presente na lista dos selecionados. Na relação seguinte, atesta-se que nenhum ex-estagiário no Exército alemão está presente na lista.

Pelas informações obtidas no artigo do Marechal Odylio Denys, na Revista *A Defesa Nacional*, o número de selecionados na primeira turma de instrutores não foi suficiente para preencher os claros existentes na Escola, o que ocorreu ao longo do período marcado pelos anos de 1919 a 1922. Na relação seguinte, registro o nome de outros oficiais que foram selecionados para exercer a função de instrutores: Capitão Outubrino Pinto Nogueira, 1º Tenente José Luiz de Moraes, 1º Tenente Mario Travassos Penedo Pedras, 1º Tenente Henrique Duffles Teixeira

Lott, 1º Tenente Victor César da Cunha Cruz, 1º Tenente Olimpio Falconiere da Cunha, 1º Tenente Filomeno Brandão, 1º Tenente Joaquim Vieira de Melo, 1º Tenente Onofre Muniz Gomes de Lima, 1º Tenente Tristão de Alencar Araripe, 1º Tenente Cyro Espírito Santo Cardoso, 1º Tenente Illydio Rômulo Colônia, 1º Tenente Arlindo Murity da Cunha Menezes, da Arma de Infantaria; Capitão Milton de Freitas Almeida, 1º Tenente Gomes de Paiva, 1º Tenente Brasileiro Americano Freire, 1º Tenente Aristóteles de Souza Dantas, da Arma de Cavalaria; Capitão Eduardo Pfeil, Capitão Pompeu Horácio da Costa, 1º Tenente Álvaro Fiúza de Castro, 1º Tenente José Agostinho dos Santos, da Arma de Artilharia; e Capitão Othon de Oliveira Santos, 1º Tenente Luiz Procópio de Souza Pinto, 1º Tenente Juarez do Nascimento Fernandes Távora, 1º Tenente Edmundo de Macedo Soares, da Arma de Engenharia.

No ano de 1919, o chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, General de Divisão Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, recebia a apresentação do primeiro grupo de instrutores com o seguinte discurso:

Pela primeira vez este EME teve intervenção na escolha dos Instrutores da Escola Militar e foi minha preocupação única servir ao ensino prático dos futuros Oficiais, como há muito deveria ter sido feito. Participo, conseqüentemente, do êxito que alcançardes e espero que todas as dificuldades sejam vencidas, porque não vos falta competência e espero encontrareis todo o auxílio material e moral de que carecerdes para o desempenho de vossa missão. Ela é bem difícil, mas não há motivo para o esmorecimento. O vosso recrutamento seguiu os mais dignos processos; para seleção em tais casos, constituindo a mais larga porta para entrar naquele estabelecimento de ensino, ou foi o conceito mais ou menos generalizado entre os nossos camaradas, conceito firmado no árduo e assíduo trabalho da tropa. Muitos e distintos Oficiais têm passado pela Escola Militar como Instrutores e, ainda agora, alguns de lá saem, mas é de justiça afirmar que nunca o corpo de Instrutores da Escola Militar atingiu o grau de homogeneidade que hoje assume com grande esperança para o ensino profissional.

Não é demais que vos lembre a influência que a instrução moral e a disciplina cimentada pelo exemplo terão na Escola Militar, se bem que vos sejam perfeitamente familiares os processos mais seguros para a formação de bons soldados. Muito espero de vossos esforços na Escola Militar e, por isso, a ela e ao Exército eu felicito pelas vossas nomeações. (DENYS, 1985, p. 16).

Naquele momento, o Alto Comando do Exército abria a porta da Escola Militar para um importante passo na modernização do ensino e da organização do Exército. Os novos instrutores tinham como função divulgar, generalizar, unificar e

consolidar a instrução militar no Exército, através da eficiência crescente e definitiva, que deveria ser acompanhada do progresso constante na arte da guerra verificado nos países mais desenvolvidos do mundo. Procurava-se, com essa ação, valorizar mais o militar dos Corpos de Tropa.

Também é interessante analisar que homogeneidade se queria atingir com a entrada desses novos instrutores na Escola Militar. Talvez a homogeneidade dos ex-estagiários do Exército alemão de 1910 a 1912. De acordo com o texto de Odylio Denys (DENYS, 1985, p. 17), o nome de “Missão Indígena” foi dado em consequência da proximidade da chegada da Missão Militar Francesa, contextualizada pela seleção de oficiais nacionais para compor o quadro de instrutores da Escola Militar. Esses instrutores administraram os modelos de ensinamentos dos ex-estagiários do Exército alemão, buscaram trazer para a Escola Militar as inovações ocorridas na Europa, mais direcionados aos ensinamentos práticos do que teóricos. Podemos dizer que os instrutores da “Missão Indígena”, sem querer, abriram espaço para o avanço interventor dos conhecimentos da Missão Militar Francesa na Escola, em 1924.

3 O MOVIMENTO REBELDE DOS TENENTES NA ESCOLA MILITAR DO REALENGO

O início dos anos 1920, além de testemunhar as diversas mudanças que ocorreriam na Escola Militar, representou um momento de crise política na História brasileira. Arthur da Silva Bernardes, depois de conturbada campanha política no contexto do surgimento das chamadas “cartas falsas”, supostamente escritas por ele a Raul Soares insultando Hermes da Fonseca, foi eleito e reconhecido Presidente da República em substituição a Epitácio Pessoa. Para impedir sua posse, levantaram-se, em 05 de julho de 1922, a Escola Militar, o Forte Copacabana na Guarnição do Rio de Janeiro, a Guarnição de Niterói e a Guarnição de Campo Grande no Mato Grosso, que inauguraram o ciclo revolucionário conhecido como Movimento Tenentista. Apesar de tudo isso, Arthur Bernardes tomou posse em 15 de novembro de 1922, pouco mais de dois meses após as grandes festas em comemoração ao centenário da independência do Brasil.

O envolvimento dos alunos e alguns instrutores da Escola Militar no Movimento Tenentista ocorreram entre os dias cinco e sete de julho de 1922. Os eventos daquelas datas podem ser observados com mais detalhes no livro de Hélio Silva, “1922: Sangue na Areia de Copacabana”. O autor utiliza uma narrativa metódica e linear na transcrição dos fatos ao leitor, e usa as notícias da imprensa como base documental para a construção de sua obra (SILVA, 2004, p. 153).

Segundo o marechal Denys, ao que tudo indica, a rigidez disciplinar da Missão Indígena e o ensino militar com predominância de um modelo mais prático que teórico na Escola Militar não foram obstáculos suficientes para que seus alunos participassem dos eventos do dia 5 de julho de 1922, para demonstrar todo seu descontentamento com as mudanças ocorridas na Escola e no ensino. Mas, parece

que esse discurso fica inconsistente por conta das diversas reações governamentais tomadas contra os alunos e instrutores da Escola. Disciplinarmente, a reação do comando do Exército foi enérgica, expulsando todos os alunos envolvidos no acontecimento.

O Ministro da Guerra declarou que, em face do inquérito (BRASIL, 1922) aberto sobre os acontecimentos no dia 5 de julho de 1922, em que foi envolvida a Escola Militar, o Governo resolvera desligar imediatamente, a bem da disciplina, 256 (duzentos e cinquenta e seis) alunos envolvidos e que continuaram presos; 333 (trezentos e trinta e três) alunos que foram distribuídos pelas unidades das diversas regiões militares para serem desligados do serviço ativo do Exército; e 58 (cinquenta e oito) restantes mencionados que foram postos em liberdade. Houve também, o afastamento do comandante da Escola, General Monteiro de Barros por inércia diante dos fatos ocorridos (BRASIL, 1922)² e de todos os instrutores que tivessem vínculo com a Missão Indígena.

Segundo o historiador militar Rafael Roesler, após leitura da obra de Hélio Silva, a conspiração começou na casa do Coronel João Maria Xavier de Brito Júnior, comandante da Fábrica de Cartuchos do Realengo na noite do dia quatro para o dia cinco de julho, com a presença de diversos alunos e instrutores da Escola Militar. O comandante da Fábrica contava com apoio dos tenentes Odylio Denys, Ciro do Espírito Santo Cardoso, Vitor César da Cunha Cruz, Roberto Carneiro de Mendonça, Ilídio Rômulo Colônia, Aristóteles de Souza Dantas, Eugênio Ewerton Pinto, Brasiliano Americano Freire, Juarez Távora, Edmundo de Macedo Soares, e Arlindo Maurity da Cunha (ROESLER, 2015, p. 137).

O evento prosseguiu com a tentativa de prisão do General Monteiro de Barros, Comandante da Escola que reagiu a um confronto com os alunos, fugiu para a Vila Militar e seguiu mais tarde para sua residência com a finalidade de aguardar o desenrolar final dos fatos. Na Escola, a maioria dos alunos e alguns instrutores aguardavam preparados para entrar em combate e pela definição de sua missão nessa rebelião. Ocuparam pontes e estradas próximas na região de Realengo, com o objetivo de impedir o movimento de tropas legais que pudessem vir da Vila Militar.

Na Vila Militar, as tentativas de conseguir a adesão das tropas pertencentes aos quartéis que compunham a 1ª Divisão de Infantaria foram malsucedidas, pois o coronel Szefredo dos Passos, comandante do 1º Regimento de Infantaria prendeu alguns oficiais suspeitos que desembarcaram na Estação Ferroviária da Vila Militar, em Deodoro. Outros oficiais foram presos na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no 1º Batalhão de Engenharia e na Companhia Ferroviária, o que levou mais tarde a desmobilização do evento na Vila Militar e dificultou a manutenção das ações rebeldes em Realengo.

2 O Ministro da Guerra declarou que o Tenente-Coronel Álvaro Guilherme Mariante ocupou militarmente a Escola Militar, assumindo o respectivo comando na manhã de 05 de julho de 1922, em virtude da rebelião dos alunos daquele estabelecimento.

Os alunos da Escola Militar do Realengo realizaram um único combate contra as tropas legais da 1ª Divisão de Infantaria, no dia cinco de julho, confronto ocorrido no morro Monte Alegre localizado entre Realengo, Magalhães Bastos e a Vila Militar. Como resultado dos fatos ocorreu o falecimento do aluno Feodorval Xavier Leal e o ferimento de outro aluno. Após esse combate o Coronel Xavier de Brito, chefe da coluna revolucionária, resolveu se retirar com os alunos e instrutores para a Escola Militar a fim de aguardar os resultados finais do levante. No mesmo dia, Xavier de Brito, os alunos e instrutores rebeldes se entregaram sem resistência a força de ocupação formada por tropas legais do governo. Em consequência do grande número, os alunos da Escola Militar ficaram presos no quartel em Realengo, durante os dias que duraram os levantes.

O que ficou claro nesse estudo é que a intensa repressão aos alunos, a alguns instrutores e ao comandante da Escola Militar decretou o fim da Missão Indígena. Isso facilitou a aceitação da presença na Escola da Missão Militar Francesa em 1924.

Ponto interessante nesse caso foi que, analisando a lista de processados (BRASIL, 1922b), realizada e monitorada pelo Departamento do Pessoal da Guerra, de acordo com a situação de cada militar pela participação no movimento militar de 1922, ficou constatado a presença de alguns instrutores que integraram a Missão Indígena na Escola Militar no período de 1919 a 1922, conforme verificado abaixo:

Quadro 1 – Lista Nominal dos Oficiais Pronunciados pelos acontecimentos de 1922, que faziam parte da “Missão Indígena”, especificando-se sua situação na época

Nº de Ordem	Posto	Nome	Situação
01	1º Tenente	Odílio Denys	Em liberdade em Pádua
02	1º Tenente	Arlindo Maurity da Cunha Menezes	Desertado
03	1º Tenente	Braziliano Americano Freire	Desertado
04	1º Tenente	Illydio Rômulo Colônia	Em liberdade no RJ
05	1º Tenente	Juarez do Nascimento Fernandes Távora	Desertado
06	1º Tenente	Cyro do Espírito Santo Cardoso	Em liberdade em S. J. Del Rei
07	1º Tenente	Aristóteles de Souza Dantas	Em liberdade no RJ
08	1º Tenente	Edmundo Macedo Soares e Silva	Desertado

Fonte: O AUTOR, 2022.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, pode-se entender que a formação dos oficiais do Exército Brasileiro na primeira metade do século XX e a própria Instituição passaram a ser parte importante na política de configuração e consolidação do Estado republicano,

na qual o Exército desempenhou papel importante nesse processo. O Exército conformava-se à imagem do Estado, assegurando as aspirações republicanas. A modernização no ensino militar, buscando a melhor qualificação profissional do Corpo de Oficiais, transformou esses oficiais em atores políticos.

Apesar da intensificação das renovações no Exército nas duas primeiras décadas do século XX, no ano de 1922 ocorreram levantes militares em alguns quartéis do Rio de Janeiro, do Mato Grosso e na Escola Militar do Realengo, que deram sinais que o modelo de ensino proposto com a Missão Indígena não correspondeu aos interesses quanto à formação profissional dos oficiais, ou seja, o afastamento desses militares da política. Os anos 1920 representam o momento de uma nova e intensa crise política na História do Brasil. Como em outros momentos de instabilidade política, o Movimento Tenentista na Escola Militar foi reprimido energeticamente pelo Ministro da Guerra.

Com o Levante de 1922, o estado de sítio foi decretado e os militares que participaram das rebeliões foram alvo de rigorosa repressão por parte das autoridades brasileiras. Entre 1922 e 1930, esses oficiais que participaram dos levantes durante o Movimento Tenentista foram alvos de vários inquéritos militares, processos judiciais criminais, prisões, exílios, além das perseguições internas com transferências para lugares longínquos e insalubres, quando voltavam a fazer parte dos quadros permanentes do Exército Brasileiro, por força de uma ação judicial contra o governo pela falta de provas ou pela comprovação da inocência, ou pela impetração de um *habeas corpus* para responder o processo em liberdade. Os levantes permitiram ainda a criação de uma identidade militar-rebelde por conta dos exílios, perseguições, articulações e resistência formando uma liderança atuante na Revolução de 1930.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Campos de. *Cadete do Realengo*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1959.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1891.

BRASIL. Relação de instrutores aprovados por concurso para Escola Militar. *Diário Oficial da União*, de 06 de dezembro de 1918, p. 14384.

BRASIL. AHEX. Boletim do Exército Nº. 36, de 31 de Julho de 1922. *Aviso Nº. 567, de 22 de julho de 1922*. Diversas ordens sobre alunos da Escola Militar. Rio de Janeiro, 1921.

BRASIL. *Reorganização do Exército Brasileiro (Decreto nº 15.235 de 31 de dezembro de 1921)*. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1921.

BRASIL. AHEX. Fundo Estado-Maior do Exército. *Relação nominal dos oficiais pronunciados pelos acontecimentos do 5 de julho de 1922, realizada e monitorada pelo Departamento do Pessoal da Guerra, de acordo com a situação de cada militar*. Rio de Janeiro, 1922.

CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um soldado legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, tomo 1, 1961.

CARVALHO, José Murilo de. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, tomo III, v. 2, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DENYS, Odylio. "Renovação do Exército – Missão Indígena". *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº. 718, 1985.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. *A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2005.

LINS, João de Abreu Lins. *Memórias do Realengo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1981.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

RODRIGUES, Fernando da S. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

ROESLER, Rafael. *O impulso renovador: a atuação da Missão indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2015.

SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

SILVA, Hélio. *1922: sangue na areia de Copacabana*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SODRÉ, Néelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SODRÉ, Néelson Werneck. *O Tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TREVISAN, Leonardo N. *As obsessões patrióticas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

TREVISAN, Leonardo N. *As obsessões patrióticas: origens e projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo, USP, 1993.